

# Contrarrevolução

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da UnB e membro da Comissão Internacional da Unesco para o futuro da educação



O Brasil atravessa uma contrarrevolução: retrocessos no padrão civilizatório. A eleição de um ministro evangélico para o Supremo Tribunal Federal poderia ser sinal de avanço se o novo ministro tivesse dito que sua escolha era vitória da República laica ao quebrar o predomínio histórico do catolicismo. Mas a comemoração em função de sua denominação religiosa indica passo atrás no que deveria ser um passo à frente.

Quebrar o quase monopólio católico seria um avanço, dividir o Supremo por religião é atraso. Ainda mais se o novo ministro servir para compor aliança contra as outras denominações que compõem o imaginário religioso brasileiro: as matrizes africanas, o judaísmo, o islamismo, o budismo e o pensamento ateu. Um ministro evangélico não ameaça conquistas, mas reconhecer que se fez ministro por ser “terrivelmente evangélico”, e não por ser “terrivelmente jurista” pode indicar parte de uma contrarrevolução em marcha.

Aponta também para a possibilidade de contrarrevolução liderada pelo presidente da República, para barrar conquistas da tolerância com mudanças nos costumes, que, nos últimos anos, definiu que o Estado cuida do que é crime e as religiões do que é pecado, separadamente, e sem um se envolver nos assuntos do outro: reconhecimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo, direito de as mulheres administrarem seus corpos, fortalecimento da escola pública laica e a busca para construir um país desarmado.

A tolerância, e até a indução ao armamentismo a que o novo ministro parece ser favorável, pode ser parte da contrarrevolução em marcha no Brasil com a tentativa de frear a conquista do Estatuto do Desarmamento. O novo ministro disse que seu trabalho será regido pela Constituição e não pelo livro sagrado de sua religião, mas suas ações nos últimos anos permitem dúvida se ele acredita na ciência para explicar o mundo.

Essa contrarrevolução não se iniciou agora. Quase 20 anos atrás, a transformação do programa Bolsa Escola em Bolsa Família foi uma contrarrevolução por desprezar o papel transformador que viria da educação. A Bolsa Escola representava a dupla revolução de usar dinheiro público para tirar as crianças do trabalho para a sala de aula e mobilizar as mães pobres para zelarem pela educação de suas crianças. Era uma revolução conceitual nas estratégias de enfrentamento da pobreza, saindo do populismo de doar dinheiro sem contrapartida e do economicismo de esperar pelo crescimento econômico; também por empregar pobres para produzirem o que precisam para sair da pobreza. A transformação do Bolsa Escola em programas assistenciais do tipo Bolsa Família e Auxílio Brasil é gesto contrarrevolucionário que, a despeito da qualidade moral da generosidade, deixa de lado o papel transformador e revolucionário.

O fim da responsabilidade fiscal, simbolizado pela ruptura do teto de gastos definido na Constituição, é uma contrarrevolução, no sentido de que

aponta para a volta do populismo, do desrespeito aos limites de gastos, que permite a políticos financiarem privilégios e desperdícios e usarem a inflação para concentrar renda entre os ricos por meio da desapropriação dos assalariados e de condenação dos pobres, o que ocorre ao desvalorizar a moeda pela inflação.

O fim da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de gastos representa contrarrevolução a favor da casta que detém poder para manipular em seu benefício o valor da moeda, sacrificando o povo. A contrarrevolução fica ainda pior quando destrói a revolução da transparência e cria o orçamento secreto para políticos definirem onde aplicar o dinheiro público sem dar satisfação ao público, podendo inclusive promover propinas sem deixar traços.

Também são contrarrevolução o retrocesso e o abandono da educação de base, do ensino superior e da infraestrutura científica e tecnológica que se observa no atual governo, desfazendo o pouco que foi feito por governos anteriores. Esse abandono está transformando a crise brasileira em decadência do Brasil. A negação do papel da ciência e da tecnologia, especialmente no enfrentamento da epidemia da covid-19, é um “terrivelmente retrocesso” na marcha em direção ao reconhecimento da educação de base com qualidade para todos, da ciência e tecnologia como o vetor do processo civilizatório, na promoção da liberdade e do bem-estar das pessoas.

## Queda no PIB: não é acaso, é descaso

» CARLOS FÁVARO

Senador por Mato Grosso e membro titular das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal

A queda de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, impulsionada pelo recuo de 8% na atividade agropecuária, acendeu o alerta da economia brasileira, que tem forte dependência do setor.

Com vocação de sua gente, terras produtivas e clima favorável, o agronegócio sempre puxou pra cima a balança comercial brasileira. Mas o registro do terceiro trimestre de 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou o que o homem do campo há muito tempo já sabe: cuidar do clima é cuidar do pão nosso de cada dia.

E a lição vem sendo cumprida pelos trabalhadores rurais, ao contrário do que se divulga Brasil a fora. Para quem vive da terra, compromisso com o meio ambiente é coisa séria. E o agronegócio brasileiro é pujante justamente, por reconhecer na natureza seu maior ativo.

Os fenômenos naturais que impactaram nossa produção com geadas, seca prolongada e crise hidroenergética não são acaso, como disseram, mas, sim, descaso.

No Senado Federal, agimos com celeridade para poder dar as respostas que a crise provocada pela

pandemia necessitava. O mesmo acontece em relação ao clima, quando a Casa teve a iniciativa de assumir o compromisso de políticas de redução do efeito estufa. Aprovamos recursos e todas as ferramentas necessárias, mas no Executivo faltou planejamento. E não por falta de alerta.

O agro vai se recuperar. Vai recuperar nossa economia. Tem expertise e todas as ferramentas para isso. Mas a imagem do Brasil vai? A despeito da experiência do homem do campo que reconhece na natureza seu principal ativo, é mundialmente alardeado o descaso do governo federal com as políticas de controle e fiscalização ambiental. E o que foi feito para mudar esse cenário?

Não existe produto bom que sobreviva a uma propaganda tão ruim. A potência do agronegócio brasileiro é capaz de impulsionar nossa economia, mas é hora de reconhecer que o tema não se resume ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Já passou da hora de o Ministério das Relações Exteriores entrar em campo (literalmente). Mas entrar para jogar a favor, diferentemente do que vimos num passado bem recente.

O maior ativo do Brasil precisa ser tratado, na esfera diplomática, com conhecimento de causa,

com a consciência de que expandimos nossa produção preservando 67% do nosso meio-ambiente, de que as boas práticas superam as más e que essas devem ser punidas com o rigor da lei. Vistas grossas não fazem desenvolvimento.

É preciso também investir no trabalhador do campo, naquele que conhece a terra, que lida com ela, como a agricultura familiar, os povos indígenas. E isso se faz com regularização de normas, com segurança jurídica. Não adianta proteger o agronegócio dos grandes e sufocar os pequenos produtores rurais em um emaranhado burocrático e nefasto.

Tampouco adianta firmar compromissos internacionais e não fazer a lição de casa. Temos recursos para investir em energia renovável, temos conhecimento e capacidade técnica, exemplos disso são o nosso biodiesel, nossas fontes de energia solar, eólica. Já não são temas do futuro. O imediatismo do mercado não é mais urgente que o imediatismo da fome.

Temos comida para pôr nos pratos do brasileiro e de pessoas de todo o mundo, mas precisamos ter tudo em pratos limpos. O agro se recupera, mas a nossa imagem, a nossa imagem urge recuperar.

## Eu e dona Canô

» JOÃO CARLOS SOUTO

Professor de direito constitucional, procurador da Fazenda Nacional, autor de *Suprema Corte dos Estados Unidos — Principais decisões* (4ª ed/2021)

Foi por volta de 1982 ou 1983. Fins de 1982, início de 1983, creio. Diferentemente de Jorge Amado, com quem eu tirei uma foto na sua posse como membro da Academia de Letras da Bahia (e na semana seguinte publiquei em *A Tarde* um artigo sobre a obra de Jorge), com dona Canô, o contato foi um pouco mais longo e intimista, por assim dizer.

Fui com um amigo com quem trabalhava na Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), notória cabine de emprego na década de 1980. Ele era colega de trabalho de Rodrigo Veloso, irmão de Caetano, filho de dona Canô.

O apartamento dos Velosos era amplo, confortável, decorado de forma simples, relativamente simples. Um prédio sem muito luxo, mas confortável. Ainda hoje me lembro das pastilhas brancas e azuis, um azul assim como os olhos de Hala Gorani, âncora da CNN, a quem assisto agora enquanto escrevo estas linhas.

O apartamento ficava em Nazaré (bairro de classe média de Salvador), um local que conheço bem. Durante três anos, fui aluno do segundo grau de uma escola pública bem próxima, Colégio Estadual Severino Vieira, onde Gilberto Gil também estudou, num passado um pouco mais distante, sobre o qual mencionei em uma crônica (*As pedras do Central*), publicada na *Revista Justiça Fiscal* (número 5, julho/2010, p.22/23).

Ficamos lá ouvindo música durante uma “pá” de tempo. Creio que bebemos água e suco. Em seguida, jantamos a “janta” possivelmente preparada (ou por certo supervisionada) por dona Canô. Seu Zezinho (o patriarca dos Velosos) também estava lá, mas permaneceu por menos tempo conosco.

Dona Canô falava pausadamente, com uma doçura que o Arquiteto Supremo somente concedeu a poucos. Perguntada sobre o mais recente LP (para os mais jovens LP é aquela bolacha de vinil, com dois lados, antecessor do CD), respondeu em termos: “Ah! Gostei, mas não da capa”. Ah, sei lá, beijando o pai na boca!

Explico: O LP *Cores, nomes*, de 1982, trazia na primeira capa Caetano Veloso, com um chapéu azul, de uma cor próxima ao papel que no passado recente envolvia as máquinas. Esse LP tinha um encarte (um anexo) riquíssimo, plural, multifacetado, diria Caetano. E, nesse encarte, havia um foto de Caetano, em perfil, e outra do pai. Quando o encarte era colocado dentro da capa do LP dava a impressão que Caetano estava beijando a boca do pai, seu Zezinho.

A foto não é a única alusão ao beijo na boca. Há uma composição também, com o título: *Ele me deu um beijo na boca*, de autoria de Caetano, que integra esse LP *Cores, nomes*. A foto, não a música, era o motivo desse little complaint de dona Canô. Fui testemunha dessa pequena queixa, dita de uma forma muito doce, à minha frente, em pé, se apoiando na cadeira, com uma das mãos segurando o queixo.

Aquela noite para mim foi quase mágica, para além de especial. Saindo da adolescência, na casa dos pais de Caetano Veloso, ouvindo histórias (de como ele compôs *Quero ver Irene dar sua risada*), na companhia (rápida, mas na companhia) de Dona Canô e, de quebra, tendo um jantarzinho familiar, me livrando do café (não jantávamos) do Pensionato de Dona PQ, da Rua da Mangueira, com poucas opções e baixíssima caloria.

Dona Canô partiu definitivamente em 25 de dezembro de 2012. Deixou importante legado. Pariu, há 79 anos, Caetano Veloso, um dos mais importantes e versáteis compositores e homem de letras da língua portuguesa. Pariu Maria Bethânia, umas das mais importantes intérpretes da MPB.

Esse LP, de 1982, *Cores, nomes*, acolhe uma das mais importantes e certamente uma das mais elegantes composições de Caetano Veloso: *Trem das Cores*. Ela fala de um “céu de azul celeste celestial”. Completo: o que hoje acolhe Dona Canô.

Dona Canô, um abraço para a senhora.